



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

Correio de Sergipe • Aracaju  
sexta-feira • 23 de maio de 2014

## IRREGULARIDADE

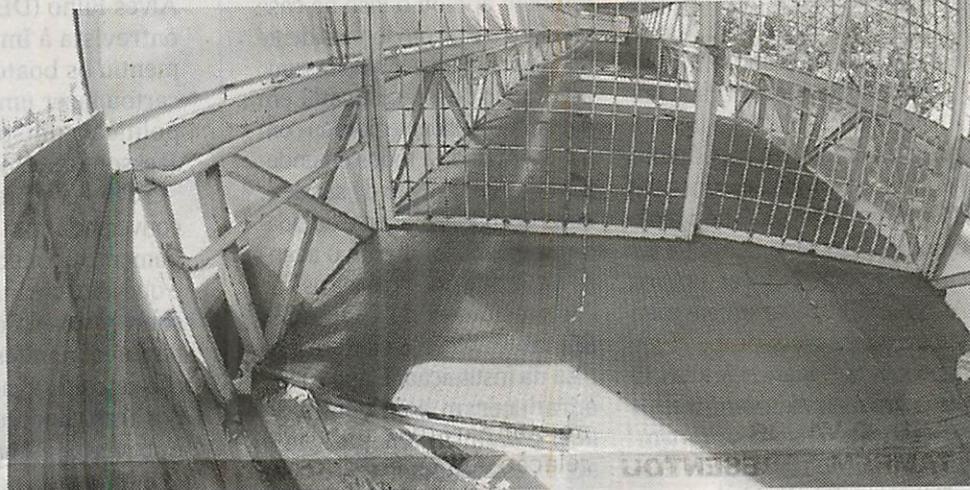
# MPE ajuíza ACP para demolição da passarela do CIC

LINDIVALDO RIBEIRO/CS

O Ministério Público do Estado (MPE) ajuizou Ação Civil Pública (ACP) no último dia 15 contra o Estado e a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe (Codise) devido a irregularidades encontradas na passarela que interliga o Centro de Convenções de Sergipe (CCS) ao Teatro Tobias Barreto e também no prédio do CCS. Na ação, o órgão dá um prazo de dez dias para que seja feita a demolição da passarela ou então a realização da manutenção da estrutura com a interdição de toda a sua extensão.

Segundo a promotora da Defesa do Consumidor, Euza Missano, a ação foi baseada em laudo feito pela Defesa Civil do Município e pelo Corpo de Bombeiro de Sergipe (CB/SE), durante vistoria, que onde foram constatados riscos de desabamento da passarela e problemas no prédio do CCS, como por exemplo, falta de projeto de combate a incêndio e pânico.

“Há um problema sério de segurança naquele local. No laudo consta que a passarela corre o risco de desabar e que o prédio não tem projeto de combate a incêndio e pânico. Foi feita a interdição parcial e a passarela não foi totalmente bloqueada. Ou seja, ainda há riscos. Então, o MPE ajuizou ACP para que o Estado faça a demolição da passarela ou a manutenção dela, interditando também a pista lateral que dá acesso ao Teatro Tobias Barreto até que a recuperação da estrutura seja completa”, explica.



■ Foram constatados riscos de desabamento da passarela e problemas no prédio do CCS

Ainda de acordo com ela, engenheiros do MPE também fizeram a vistoria no local junto com o CB e a Defesa Civil do Município e foi constatado que quando um veículo passa pela pista lateral que dá acesso ao teatro, a passarela balança. “Engenheiros do MPE também estavam na vistoria e foi constatado que quando um veículo passa pela pista lateral do teatro, a passarela balança. Isso prova que a estrutura da passarela está totalmente frágil. O Estado já mandou um ofício para o MPE informando que fará a ampliação do CCS, mas queremos saber se nessa reforma será feita a demolição da passarela ou

uma reforma total na sua estrutura”, disse.

### • Mais prazos

Além dos dez dias, o MPE também determinou que o Estado e a Codise promovam em 30 dias a instalação do sistema de bombas de incêndio, instalação de luminárias de emergência e dimensionamento dos extintores e saídas de emergência. “Caso o Estado não cumpra os prazos que foram estabelecidos, o MPE requer a cobrança de uma multa diária de R\$ 5 mil. Tomamos essa atitude porque, de fato, há risco eminente no local e por ali há um grande fluxo de pessoas”, declara a promotora Euza Missano.